

INSERÇÃO DA PRODUÇÃO AGRÍCOLA FAMILIAR NOS ESPAÇOS PRIVADOS E PÚBLICOS DE COMERCIALIZAÇÃO NO MUNICÍPIO DE BARREIROS – PE**INSERTION OF FAMILY FARM PRODUCTION IN PRIVATE AND PUBLIC SPACES OF COMMERCIALIZATION IN BARREIROS - PE****SILVA, Ana Beatriz Noberto**

Instituto Federal de Pernambuco – IFPE- nobertobeatriz1@gmail.com

SILVA, Valdineide Maria da

Instituto Federal de Pernambuco – IFPE- valdineideifpe@gmail.com

MELLO, Rodrigues Figueira de

Instituto Federal de Pernambuco – IFPE- marcelomello@barreiros.ifpe.edu.br

BRITO, Micheline Mônica de Oliveira

Instituto Federal de Pernambuco – IFPE- micheline.brito@barreiros.ifpe.edu.br

Resumo

O acesso dos agricultores familiares aos programas de compra PAA (Programa de Aquisição de Alimentos) e PNAE (Programa Nacional para a Alimentação Escolar) ainda representa um desafio. O objetivo deste estudo foi entender a inserção da produção agrícola familiar nos espaços privados e públicos de comercialização no Município de Barreiros – PE. O estudo teve início com uma investigação sobre a comercialização familiar em feiras e demais espaços do Município de Barreiros– PE. Foram visitadas quatro escolas, três restaurantes e um supermercado. Foi verificado nas feiras livres uma agricultura familiar expressiva. Embora cerca de 64,1 % dos espaços nas feiras são próprios e 35,9 % arrendados. Desses espaços próprios, muitos funcionam apenas como local de revenda. Os restaurantes privados visitados realizam as compras de hortifrutigranjeiros para seus estabelecimentos no grande Recife - PE. Apenas em algumas épocas do ano, adquirem coentro, alface e macaxeira do município. Parte das dificuldades em adquirir produtos da agricultura familiar no Município de Barreiros, assim como em outros municípios do Brasil, ainda permanece na informalidade, apresentando falta de escala de produção e falta de organização social.

Palavras-Chave: Agricultura familiar. Produção. Feiras. Compras institucionais.**Abstract**

The access of family farmers to the PAA (Food Acquisition Program) and PNAE (National School Feeding Program) purchase programs is still a challenge. The objective of this study was to understand the insertion of family agricultural production in private and public commercial spaces in Barreiros - PE. The study began with the investigation of family marketing in public fairs and other spaces in the municipality of Barreiros - PE. Four schools, three restaurants and a supermarket were visited. There was an expressive presence of family farming in the free markets. However, about 64.1% of the fair space is owned and 35.9% leased. Of these spaces of their own, many serve only as a resale location. The private restaurants visited make the purchases of fresh production for their establishments in Recife - PE. Only at some times of the year, they buy coriander, lettuce and cassava from the municipality. Part of the difficulties in acquiring family farming products in the municipality of Barreiros, as well as in

other municipalities of Brazil, still remains in the informality, lack of scale of production and lack of social organization.

KEYWORDS: Family farming. Production. Fairs. Institutional purchases.

1 Introdução

No Brasil, de acordo com o Censo Agropecuário de 2006, existem 4.367.902 estabelecimentos da agricultura familiar, o equivalente a 84,4% das propriedades agropecuárias brasileiras, ocupando 80,25 milhões de hectares (24,3% da área agrícola total). Apesar da agricultura familiar ocupar uma menor área, este segmento representa uma grande importância na geração de renda no campo e segurança alimentar do país (UENO et al., 2016).

Apesar da importância da produção agrícola familiar e dos avanços nas políticas públicas relacionadas ao apoio, desenvolvimento e fortalecimento deste segmento no Brasil, como por exemplo o PRONAF (Programa Nacional da Agricultura Familiar), o PAA (Programa de Aquisição de Alimentos) e o PNAE (Programa Nacional para a Alimentação Escolar), ainda se observa uma grande lacuna no que tange a organização da produção familiar, comercialização e obtenção de canais diferenciados que valorizem esta produção (SARAIVA et al., 2013).

O PNAE, que por meio da Lei nº 11.947/2009 determina que, no mínimo, 30% dos recursos destinados à merenda escolar sejam utilizados na compra da produção dos agricultores familiares locais, contribuindo para a diversificação das culturas e comercialização. Já o PAA é destinado à formação de estoques de segurança ou canalizados para populações em situação de risco alimentar (TANACA; SOUZA; GANGA, 2014).

Nesse contexto, os programas voltados às compras institucionais da agricultura familiar assumem um papel preponderante e atingem nobres objetivos como garantir que os indivíduos em insegurança alimentar e nutricional tenham acesso aos alimentos, promovendo a inclusão social no campo e a redução do êxodo rural. Em relação ao PNAE, que estabelece uma relação direta com os municípios, uma vez que seus recursos financeiros são repassados pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), atua diretamente na compra direta de alimentos da agricultura familiar ou empreendimentos familiares rurais (DEMETRA, 2017).

De acordo com o artigo 14 da Lei que rege o Programa Nacional de Alimentação Escolar, do total dos recursos financeiros repassados pelo FNDE, no âmbito do PNAE, no mínimo 30% (trinta por cento) deverão ser utilizados na aquisição de gêneros alimentícios diretamente da agricultura familiar e do empreendedor familiar rural ou de suas organizações, priorizando-se os assentamentos da reforma agrária, as comunidades tradicionais indígenas e comunidades quilombolas (PNAE, 2009).

O Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE, reforça a relação da agricultura familiar com a alimentação escolar, incentivando a aquisição de gêneros alimentícios diversificados, preferencialmente produzidos e comercializados em âmbito local, garantindo o respeito à cultura e as tradições alimentares e contribuindo para o crescimento e desenvolvimento dos alunos em conformidade com a sua faixa etária, sexo e atividade física e o seu estado de saúde

Apesar disto, ainda se observa fortes desafios na ampla execução do PNAE nos municípios brasileiros, a exemplo do município de Barreiros – PE, que apesar dos seus inúmeros assentamentos de reforma agrária, ainda executa o programa de forma incipiente. Segundo Molina (2011), realizando-se oficinas para avaliar a gestão do PNAE, foram observadas dificuldades na implementação da Lei nº 11.947/2009 no âmbito municipal em diferentes municípios do Espírito Santo, como a falta de diálogo entre as partes envolvidas (prefeituras e organizações da agricultura familiar) antes da divulgação das chamadas públicas, de modo que os agricultores se organizem melhor para atender as exigências jurídicas e as especificidades relacionadas ao cardápio que consta nas chamadas públicas. Diante disto, o objetivo deste estudo foi entender a inserção da produção agrícola familiar nos espaços privados e públicos de comercialização no município de Barreiros – PE.

2 Fundamentação teórica

Na Zona da Mata Sul de Pernambuco o processo secular do cultivo da cana-de-açúcar vem cedendo lugar a uma diversificação produtiva. Esse processo representa uma estratégia de permanência e fortalecimento das famílias agricultoras nessa região, proporcionando emprego, novos mercados e renda para a agricultura familiar (MASSAROLLO, 2014; UENO et al., 2016).

As duas últimas décadas representam um período de afirmação da agricultura familiar no Brasil. Parte disto pode ser observado nas políticas públicas essenciais

que norteiam este importante segmento. A primeira, o PRONAF (Programa Nacional para o Fortalecimento da Agricultura Familiar), foi criada em 1995, onde pela primeira vez a agricultura familiar passa a ter uma política específica de crédito rural para custeio e investimento (RAMBO, 2016).

No ano de 2003 surge o Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar (PAA) e em 2009 o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). Aliados à estratégia intersetorial de combate à fome e à pobreza por meio do Programa Fome Zero e das ações do plano Brasil Sem miséria, revitalizado através da legislação específica (Lei nº 11.947 de 16/6/2009) que estabelece que a alimentação escolar é um direito fundamental, do mesmo modo que a educação pública. Apesar da importância do segmento da agricultura familiar para o país, o acesso a estes programas ainda representa um desafio, mostrado pela presença de uma grande lacuna no que tange a organização da produção familiar, sua comercialização e obtenção de espaços diferenciados que valorizem esta produção (SILVA, 2018).

Os programas PAA e PNAE têm trajetórias diferentes, principalmente por terem sido formulados em momentos distintos. Porém, têm como base comum a compra institucional local de produtos da agricultura familiar para ações de segurança alimentar e nutricional (CUNHA; FREITAS; SALGADO, 2017). No presente estudo, através das escolas municipais, foi observada a inserção da produção familiar via PNAE, acesso e desafios. Além dos recursos provenientes do FNDE, os entes federativos devem participar com a contrapartida financeira, a manutenção das estruturas das escolas, dos recursos humanos, da unidade de alimentação escolar e das ações de educação alimentar e nutricional.

É inegável o avanço das políticas públicas no âmbito da agricultura familiar, fortalecendo o acesso ao crédito e oportunizando espaços de comercialização institucionais. Entretanto, após quase duas décadas, ainda se percebem alguns desafios a serem superados.

O papel dos consumidores nesse cenário é essencial nesta cadeia, uma vez que são eles que escolhem e adquirem os alimentos. A percepção destes acerca de temas relacionados a produção orgânica e/ou agroecológica e o consumo de produtos saudáveis é crucial para fortalecer todo o processo produtivo envolvido na produção agrícola familiar. (CATIA GRISA; WESZ JUNIOR, 2010).

Além do poder público e dos próprios agricultores familiares que detém o processo produtivo, os consumidores assumem um papel preponderante neste processo produtivo. Oliveira et al. (2013) afirma que os consumidores estão atualmente mais exigentes e esclarecidos com relação aos alimentos. As críticas em relação ao modelo de agricultura convencional têm aumentado, devido ao número crescente de estudos que mostram a contaminação de alimentos e do meio ambiente em função do uso de agrotóxicos.

Conforme Pádua (2014), a preocupação dos consumidores em adquirir um alimento saudável, oriundo de uma produção mais sustentável, tanto ambiental como socialmente, têm impulsionado a produção de alimentos agroecológicos/orgânicos nas pequenas propriedades rurais familiares.

Os espaços de comercialização representam uma oportunidade singular de realizar a inclusão social, com o qual setores mais frágeis da sociedade devem ter o direito de exercer sua cidadania através da possibilidade de comercializar sua produção. Em contraponto, é importante destacar a dificuldade em acessar determinados espaços e inserir sua produção, muitas vezes, concorrendo de forma desvantajosa com grandes redes varejistas (VAN DER PLOEG, 2008).

Por isso, os canais curtos de comercialização, como as feiras, são orientados para os mercados locais e proporcionam melhores retornos econômicos para o agricultor familiar, que recupera assim, sua autonomia, deixando de ser subordinado apenas à produção (SEVILLA GUZMÁN; SOLER, 2010).

No município de Barreiros – PE, parte da produção agrícola produzida pelas famílias é comercializada em feiras ou destinada a atravessadores. Apesar da existência das feiras públicas e algumas feiras diferenciadas voltadas a assentados e a produção agroecológica, ainda se percebe facilmente em visitas informais que parte da produção comercializada é oriunda de outros locais e não da agricultura do município.

A combinação entre agroecologia e circuitos curtos de comercialização pode repercutir nas diferentes dimensões territoriais, como a econômica, por meio da valorização da paisagem e dos recursos naturais; a sociocultural, através da aproximação de produtores e consumidores e o conhecimento local associado ao manejo com valorização da cultura local e práticas alimentares; e a ambiental, através do uso de práticas sustentáveis de produção.

3 Metodologia

3.1 Área do estudo

O trabalho teve início em março de 2018 e foi realizado no município de Barreiros – PE. Este município localiza-se na Zona da Mata Sul de Pernambuco, bioma Mata Atlântica e apresenta uma população de 40.732 habitantes. Possui 12.305 hectares de área de estabelecimentos agropecuários, onde predominam lavouras, pastagens, matas e sistemas agroflorestais. Como lavoura permanente, destacam-se os cultivos de acerola, banana, caju, coco-da-baía, goiaba, graviola, laranja, limão, manga maracujá e pimenta-do-reino. Já na lavoura temporária destacam-se abacaxi, abóbora, batata-inglesa, cana de açúcar, fava, feijões, mandioca, melancia, milho e tomate.

No município existem ainda criações de ovinos, bovinos, bubalinos, caprinos, equinos, galináceos, muares, ovinos, patos, gansos, marrecos, perus e suínos. É um município com diversos assentamentos de reforma agrária, forte presença da agricultura familiar nas áreas de assentamento e diversidade grande de produtos alimentícios, advindos da agricultura familiar local.

3.2 Procedimentos de campo

O estudo teve início com uma investigação preliminar, onde realizou-se junto ao poder público municipal, um levantamento das redes varejistas/atacadistas, restaurantes e escolas públicas do município para compreender os diferentes aspectos da produção agrícola familiar nos diferentes espaços de comercialização. Foram realizadas visitas às feiras, escolas, restaurantes e supermercados, para um contato inicial de observação dos locais e conversas informais. Assim como uma revisão bibliográfica prévia sobre a comercialização na agricultura familiar e seus diversos canais de comercialização, também foram realizadas algumas discussões sobre o tema para respaldar a construção das perguntas e promover um melhor entendimento, para a aplicação das entrevistas, através dos questionários aplicados.

A metodologia utilizada neste estudo foi a entrevista semiestruturada, onde através de questionários foram entrevistados proprietários de restaurantes, gestores de escolas, gerentes de redes de supermercados, feirantes e consumidores de feiras livre. Após esse processo, iniciou-se as visitas “*in loco*” com aplicação dos

questionários sobre os principais aspectos da produção agrícola familiar, sobre os processos de inserção da produção familiar em espaços privados e públicos, origem da produção, políticas públicas relacionadas à comercialização no município e o perfil dos consumidores que frequentam os espaços de comercialização.

Os questionários foram elaborados com perguntas dando ênfase nos aspectos de faixa etária, renda e escolaridade dos entrevistados. Também foram observados o conhecimento destes sobre temas centrais relacionados ao consumo sustentável e agricultura familiar, produção orgânica e/ou agroecológica, aquisição de produtos da agricultura familiar, entraves para esta aquisição, preço justo, certificação, existência de espaços diferenciados, existência de políticas para incentivo a comercialização e acesso da agricultura local ao PNAE (programa de compras de alimentos da agricultura familiar nas escolas).

3.3 Sistematização dos dados

Todos os dados foram tabulados no programa Microsoft Office Excel® 2019, sendo realizada a partir da codificação por tabulação dos dados obtidos, distribuídos em porcentagens, tabelas e figuras.

4 Resultados e Discussão

Foi verificado na principal feira livre do município de Barreiros, organizada aos sábados, que entre os feirantes, apenas 20% residem na zona rural ou apresentam domicílio rural, suscitando a reflexão que a maior parte dos feirantes não apresenta relação direta com a agricultura local ou que os agricultores familiares do município não encontram nas feiras um canal de comercialização acessível.

Nas duas escolas públicas municipais e estaduais visitadas, foi constatado uma fragilidade na compra da agricultura familiar no que tange ao PNAE, sendo a maior parte dos produtos ofertados aos alunos oriundos de outros municípios. Eventualmente, foi relatado pelos gestores a compra de massa de mandioca e hortaliças da agricultura local, mas isso ocorre de forma não continuada. Isso não é diferente em outros municípios da região, sendo o acesso ao PNAE pelos agricultores, apesar de lei, ainda um desafio.

Em relação ao PAA, em conversa com os feirantes agricultores familiares, todos relataram também a dificuldade de acesso a este programa. Especialmente quanto à operacionalização e organização dos agricultores quanto a produção e a entrega para as instituições a serem beneficiadas.

Assim como o PAA é um canal fundamental para a agricultura familiar, assim também é o PNAE, que por meio da Lei nº 11.947/2009 determina que, no mínimo, 30% dos recursos destinados à merenda escolar sejam utilizados na compra da produção dos agricultores familiares locais, contribuindo para a diversificação das culturas e comercialização (TANACA; SOUZA; GANGA, 2014). Atualmente, a articulação entre a agricultura familiar e a alimentação escolar tem se traduzido na presença de alimentos produzidos localmente no ambiente da escola, por meio de sua inserção nos cardápios do PNAE. Infelizmente, essa importante estratégia de comercialização não é percebida em Barreiros (SARAIVA et al., 2013).

Quando perguntado aos responsáveis das escolas acerca da origem dos alimentos adquiridos, mencionaram a falta de acesso a esta informação. As escolas estaduais apresentaram maiores prevalências de inadequações da execução do PNAE em relação às municipais. A supervisão pouco frequente do nutricionista nas escolas, principalmente nas estaduais, pode contribuir para as maiores prevalências de desconhecimento desse importante canal de comercialização.

Nesse sentido, além de favorecer a produção local e estimular as cadeias curtas de abastecimento, a nova legislação do PNAE estabelece que, nas compras, devam ser priorizados públicos específicos, como os assentados da reforma agrária, quilombolas e indígenas, os que produzem de forma orgânica/agroecológica e os organizados em cooperativas ou associações, nesta ordem. Isso significa que a Lei incorpora questões socioculturais, organizativas e ambientais como balizadoras das compras institucionais de agricultores familiares (BACCARIN et al., 2017).

Este estudo também demonstrou que cerca de 64,1% dos espaços de comercialização nas feiras são próprios e 35,9% arrendados. Desses espaços próprios, a maior parte funciona apenas como local de revenda de produtos que são adquiridos nos centros de abastecimento da região metropolitana do Recife, como a CEASA. Obter um espaço na feira do município para comercialização não é fácil, tendo em vista que todos os espaços já se encontram ocupados. Isso acaba por levar

os agricultores familiares a comercializarem suas produções em algumas calçadas do centro da cidade, sem ter local apropriado de comercialização e higienização.

Quando os restaurantes visitados foram questionados sobre como realizam as compras de hortifrutigranjeiros para seus estabelecimentos, foi constatado que as compras são oriundas da CEASA, CEACA e supermercados da região metropolitana do Recife. Nenhum restaurante pesquisado revelou adquirir produtos da agricultura local de forma continuada, exceto em algumas épocas do ano, quando adquirem coentro, alface e macaxeira.

Parte das dificuldades em adquirir produtos da agricultura familiar no município de Barreiros, assim como em outros municípios do Brasil, é a falta de organização social, fazendo com que os grupos de agricultores(as) comercializem de maneira informal. Todos os donos de restaurantes revelaram a dificuldade em adquirir produtos porque não podem ter acesso a nota fiscal, não apresentam inspeção municipal, como no caso de doces caseiros, entre outros.

Segundo Nazzari e Zimmermann (2015), o associativismo forte pode congrega estilos mais adaptáveis de cooperação com consequente melhoria da qualidade de vida dos cooperados. O desenvolvimento e a sustentabilidade da propriedade rural familiar proporcionam o fomento com visão orientada para a produção, transformação e comercialização dos produtos. Para tanto, demanda-se assistência técnica e capacitação aos cooperadores, para a gestão econômica e solução dos gargalos da comercialização da produção.

Outra observação realizada neste estudo foi o desconhecimento dos consumidores a cerca de um tema muito importante, que é a aquisição e consumo de produtos saudáveis. Tanto os consumidores nas feiras, restaurantes e os próprios gestores, demonstraram não saber diferenciar produtos convencionais dos orgânicos/agroecológicos. Isso foi constatado, uma vez que não foi percebido o conhecimento destes sobre o termo de certificação, essencial, para caracterizar um produto produzido de forma diferenciada. Inclusive, o PAA e o PNAE apresentam tabelas de preços diferenciados aos agricultores quando os produtos são certificados.

Ferreira Júnior et al. (2015), realizou um levantamento do perfil dos consumidores em feiras orgânicas e destacam que os consumidores entrevistados conhecem os males da agricultura convencional e se valem do princípio da precaução, consumindo os alimentos orgânicos como forma de prevenir problemas de saúde no

futuro. A certificação da produção representa um diferencial de mercado e um incremento de renda para o agricultor, ao oferecer garantia na qualidade da sua produção aos consumidores e fortalecendo os agricultores em grupos, tornando-os mais resilientes para enfrentar oscilações de preços, efeitos climáticos, dentre outros desafios (AMORIM, 2018).

5 Considerações finais

A agricultura familiar é um segmento crucial para a geração de renda e para a produção de alimentos saudáveis e livres de agrotóxicos no país. Em relação a comercialização da produção familiar, percebe-se que, embora existam diferentes canais de comercialização, como as feiras, o PAA e o PNAE, o acesso a estes, ainda é limitado para grande parte dos agricultores. Em parte, isto ocorre na Mata Sul de Pernambuco pelas fragilidades das organizações sociais e pela falta de uma extensão rural continuada e que verdadeiramente possa acompanhar as famílias agricultoras nessa fundamental fase do processo produtivo, a comercialização.

Referências

- BACCARIN, José Giacomo. Interações entre alimentação escolar e agricultura familiar para o desenvolvimento local. In: TEO, Carla Rozane Paz Arruda; TRICHES, Rozane Márcia (Org.). **Alimentação escolar – construindo interfaces entre saúde, educação e desenvolvimento**. Chapecó: Argos, 2016. p. 89.
- BRASIL. Lei n. 10.831 de 23 de dezembro de 2003. Dispõe sobre a agricultura orgânica. **Diário Oficial**, Brasília, 23 dez. 2003.
- CARVALHO, C. et al. **Feira agroecológica: aAlimentos saudáveis gerando renda e promovendo relações justas e solidárias no mercado**. Ouricuri - PE, 2008.
- CUNHA, W. A. FREITAS, A. F. SALGADO, R. J. S. F. Efeitos dos Programas Governamentais de Aquisição de Alimentos para a Agricultura Familiar em Espera Feliz, MG, **RESR**, Piracicaba-SP, Vol. 55, Nº 03, p. 427-444, Jul./Set. 2017.
- GEHLEN, V. R. F., LAINÈ, P. V. (org.) **Costurando com Fios Invisíveis: a fFragmentação do Território Rural**. Editora Universitária da UFPE. Recife, 2012. 367 p.
- GOODMAN, M.; GOODMAN, M. K. Alternative Food Networks. **Encyclopedia of Human Geography**, [s. l.], p. 1-25, 2007.

GRISA, CATIA. **Desenvolvimento local, políticas públicas e meios de vida: uma análise do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA).** In: CONGRESSO DA SOBER, 47. **Anais...** Porto Alegre. 2010.

HINTERHOLZ, B.; MATTOS RIBEIRO, V. DE. **Feira Agroecológica: uma alternativa para comercialização de produtos oriundos da agricultura familiar orgânica no município de Medianeira – PR: O Caso da AAFEMED. Synergismus scyentifica** UTFPR, Pato Branco, 06 (1). 2011.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Agropecuário 201706.** Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/agropecuaria/censoagro/20062017/default.shtm>>. Acesso em: 18 01 novdez. 20092019.

MASSAROLLO, M. D. **Condições higiênico-sanitárias das agroindústrias de panificação de Francisco Beltrão, PR.** Dissertação de Mestrado. Universidade Estadual do Oeste do Paraná, UNIOESTE. Francisco Beltrão, 2014, 107p.

NAZZARI, R. K.; ZIMMERMANN, P. Agricultura familiar, capital social e cooperativismo. In: BRANDALISE, L. T.; BERTOLINI, G. R. F. (Orgs.). **Gestão das Unidades Artesnais: uma tecnologia social para capacitação de empreendedores da agricultura familiar.** Cascavel, PR: Edunioeste, 2015, 185p.

PADUA, Juliana Benites; SCHLINDWEIN, Madalena Maria; GOMES, Eder Pereira. Family farming and organic production: a comparative analysis considering data from census 1996 and 2006. **Interações** (Campo Grande, v. 14 n, 2, p.225-235, 2013.

PAULINO, E. J; DIAS, J. V. L; Murta, N. M. G; MORAIS, H. A; PIRES, H. H. R. Comércio de alimentos em uma feira livre de um município no Alto Jequitinhonha, Minas Gerais. **Revista Desenvolvimento Regional.** Montes Claros, n.14, 2015.

RAMBO, J. R. **Produzir e vender? O caso do programa de aquisição de alimentos de agricultores familiares assentados da reforma agrária em Tangará da Serra - MT.** 2016. 180f. Tese (Doutorado em Agronomia) - Faculdade de Engenharia de Ilha Solteira - FEIS, Universidade Estadual Paulista, Ilha Solteira, 2016.

SANTOS, Leonor Pacheco et al. Avaliação de políticas de segurança alimentar e combate à fome no período 1995-2002. Programa Nacional de Alimentação Escolar. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 23, n. 11, p. 2681-2693, nov. 2007.

SEVILLA GUZMAN, E.; SOLER, M. **Agroecología y soberanía alimentaria: alternativas a la globalización agroalimentaria. PH Cuadernos**, Andalucía, v.26, p.190-217, 2010.

SILVA, Danielle Viturino da et al. A comercialização de produtos orgânicos: um olhar a partir das experiência no Brasil. 2018.

SOLER, M. M. **El contexto socioeconómico de la agricultura ecológica: la evolución de los sistemas agroalimentarios**. Sevilla: Universidad de Sevilla, 2009. 38p.

SOUZA, PAULO MARCELO DE; FORNAZIER, ARMANDO; PONCIANO, NIRALDO JOSÉ; NEY, MARLON GOMES. **Agricultura Familiar Versus Agricultura Não Familiar: uma análise das diferenças nos financiamentos concedidos no Período de 1999 a 2009**, **Documentos Técnicos do Banco do Nordeste do Brasil**, v.42, Nº 01, jan./mar., 2011, pp. 105-124.

TANACA, E. K. T.; SOUZA, H. M. FILHO; GANGA G. M. D. Proposta de um modelo de avaliação dos fornecedores do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA): o caso do município de São Carlos - SP. **Gest. Prod.**, v. 21, n. 4, 781-792, 2014.

UENO, Vanessa Ayumi et al. Estratégias de comercialização da agricultura familiar: estudos de caso em assentamentos rurais do estado de São Paulo. In: **Embrapa Meio Ambiente-Artigo em anais de congresso (ALICE)**. In: SIMPÓSIO SOBRE REFORMA AGRÁRIA E QUESTÕES RURAIS, 7., 2016, Araraquara. 30 anos de assentamentos na Nova República: qual agricultura e qual sociedade queremos? anais. Araraquara: UNIARA, 2016. 14 p., 2016.

VAN DER PLOEG, Jan Douwe. **Camponeses e impérios agroalimentares: lutas por autonomia e sustentabilidade na era da globalização**. Porto Alegre: UFRGS, 2008.

VÁSQUEZ, S. F, BARROS, J. D. S, SILVA, M. F. P. **Agricultura orgânica: caracterização do seu produtor na cidade de Cajazeiras-PB**. Revista verde de agroecologia e desenvolvimento sustentável – Grupo verde de agricultura alternativa (GVAA). Mossoró, Jan./Mar. 2008, v. 3, n. 2, p. 87-97.

Recebido em 04/01/2019.

Aprovado em 20/11/2019.

Publicado em 30/12/2019.